

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO

VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS, ONE EDUCATION QUESTION

Caroline da Silva Zanim *

Telma Sanchez Vendruscolo **

RESUMO: Este artigo apresenta um novo processo de trabalho no Serviço de Enfrentamento a Violência Doméstica contra Criança e Adolescente e se propõe a medir os impactos que estas intervenções sociais exercem no comportamento das famílias que residem no Município de Ribeirão Preto que são inseridas no serviço do PAEF. A investigação aqui apresentada buscou estudar os instrumentais utilizados na intervenção profissional com famílias que apresentam situações de violência doméstica, e as possíveis consequências em atuar para uma nova ordem societária com menos violência, abuso, discriminação e com mais justiça e equidade. A metodologia adotada é de abordagem quanti-qualitativa, sendo que o *corpus* da análise consistiu em aplicar intervenções entrevistas semi-estruturadas, abordando as problemáticas da educação e formas de potencializar práticas educativas. Para análise dos dados preliminares coletados, utilizamos o (IEP), Inventário de Estilos Parentais, baseado em práticas educativas, dentre elas Negligência, Abuso Físico e Psicológico, Disciplina Relaxada, Punição Inconsistente e Monitoria Negativa, demonstrando os impactos que as intervenções sociais exerceram no comportamento das famílias e a validade do trabalho social. A entrevista realizada aponta resultados satisfatórios e de grande significância, já que a intervenção grupal conseguiu alcançar parte de seus objetivos. Assim o relacionamento mãe/filhos melhorou e agora elas conseguem meditar em suas ações e escolherem alternativas eficazes para educar seus filhos sem recorrerem frequentemente a violência física. Conclui-se que é de grande importância que o profissional social tenha como direção a atuação de conduzir grupos sócio-educativos, de natureza preventiva auxiliando a desenvolver alternativas não coercitivas na educação de seus filhos onde as famílias, poderão agrupar conhecimentos e potencializar uma educação de qualidade e compromisso com o futuro deles e da sociedade.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Criança e Adolescente. Práticas Educativas. Funções Parentais.

ABSTRACT: *This paper presents a new work process in Service to Combat Domestic Violence against Children and Adolescents and aims to measure the impact that these interventions have on the social behavior of families residing in the city of Ribeirão Preto that are inserted in the service of PAEF . The research presented here sought to examine the instruments used in professional intervention with families that have domestic violence, and the possible consequences of acting to a new societal order with*

* Especialização em Políticas Públicas pela Universidade de Ribeirão Preto, Brasil(2013). Assistente Social do Casa da Criança de Cravinhos , Brasil.

** Doutorado em Enfermagem em Saúde Pública pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Brasil(2004). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto , Brasil.

less violence, abuse, discrimination, and with more justice and equity. The methodology is quantitative and qualitative approach, and the corpus of the analysis consisted of applying semi-structured interventions, addressing the problems of education and ways to enhance educational practices. For preliminary analysis of data collected, we use the (IEP), Parental Style Inventory, based on educational practices, among them neglect, physical and psychological abuse, discipline absence, negative monitoring and inconsistent punishment, demonstrating the impact that social interventions exercised in behavior of households and the validity of social work. The interview shows satisfactory results and of great significance, since the intervention group achieved part of its goals. So the mother / daughter relationship has improved and now they can meditate on their actions and choose effective alternatives to educate their children often without resorting to physical violence. We conclude that it is very important that social work has the lead role towards socio-educational, preventive helping to develop alternative non-coercive education of their children where families, be able to combine knowledge and promote an education quality and commitment to their future and society.

Keywords: *Domestic Violence. Children and Adolescents. educational practices. parental functions.*

INTRODUÇÃO

O índice de Violência Doméstica tem apresentado elevação constante, no Brasil. A sociedade está preocupada com as diferentes manifestações da violência praticada pelos mais diversos motivos e independente de uma ligação direta ou não com a vítima. O tema desse artigo, Violência Doméstica contra Criança e Adolescente, podem ser considerados como uma infra-política, ou seja, está ligado ao momento atual da realidade brasileira e demanda medidas eficientes para solucionar os fatores que a determinam e que possam reduzi-la a níveis compatíveis com a ordem social estabelecida.

As autoras Assis & Santos (2004, p. 43), definem que “a violência decorre de uma rede de fatores socioeconômicos, políticos e culturais que se articulam, interagem e se concretizam nas condições de vida de grupos sociais e de áreas específicas”.

A tarefa que se coloca nesse momento, para os que buscam enfrentar o problema é a de sistematizar o conhecimento de cada forma de violência e propor medidas de prevenção e assistência particulares a cada tipo.

De acordo com Azevedo (1997), as crianças vítimas de violência formam no Brasil um país chamado infância que está

longe de ser risonho e franco. Neles vamos encontrar: Vítima da violência social mais ampla; Vítima da violência, infância torturada; Infância fracassada; vítima da violência escolar; Infância vitimizada, vítima da violência doméstica, isso significa que todas elas compõem o quadro perverso da infância violada, isto é daquelas crianças que tem cotidianamente violados seus direitos de pessoa humana e de cidadão.

A Violência Doméstica contra a Criança e Adolescente inclui ação ou omissão praticada por seus pais ou responsáveis, causando-lhes algum tipo de dano. Essa forma violenta de educação representa o poder do adulto que usa sua força física, psicológica para obrigar a criança e o adolescente fazer algo que não estão com vontade, como constranger, tolher a liberdade, incomodá-lo, impedir que manifestem sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçado ou até mesmo ser espancado, lesionado ou morto.

As crianças e os adolescentes são prioridades absolutas na legislação brasileira, salvaguardando seus direitos fundamentais: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Devem estar a salvo de toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Cabe ao Estado garantir a defesa dos direitos, mas também é dever da família e de toda a sociedade assegurar à criança e ao adolescente o respeito aos seus direitos garantidos por lei (em matéria de legislações de direitos de crianças e adolescentes vigentes em nosso país cita-se: CF; ECA - Lei n. 8.069/90; Declaração Universal dos Direitos Humanos; e a Convenção sobre os Direitos da Criança - Dec. n. 99.710/90).

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar.

A Teoria Sistêmica, comentada por Bertalanffy (1976) entende que a família é um “sistema” e que faz parte de um “suprasistema” chamado sociedade. Com este referencial Sistêmico, compreende-se que a família que sofre as alterações de interação se transforma, mas também transforma esta sociedade. Assim, as

crianças e os adolescentes nascidos no seio familiar estão inseridos neste processo social e desde seu nascimento tem início a moldagem de suas potencialidades ou situações de violência.

As transformações ocorridas nas famílias contemporâneas são decorrentes de vários fatores, internos ou externos como a baixa taxa de fecundidade; aumento no número de divórcio e reconstituição de nova família; diminuição do número de filhos por casal; produção independente; transformações nas relações de sexo, violência social, crise econômicas, entre outros, essas mudanças tem gerado efeitos na família e nos processos de formação das crianças e dos adolescentes, potencializando situações de violência.

Essa realidade de violência atinge um amplo e sofrido contingente de crianças e adolescentes. Diante desse panorama o propósito é sistematizar e refletir sobre o trabalho socioeducativo com famílias abusivas identificando quais práticas educativas as mães usam na educação dos seus filhos e se as mesmas reconhecem as influências positivas e negativas dessas práticas, ao término do processo de trabalho profissional.

1 METODOLOGIA

A perspectiva teórica teve o intuito de conhecer, estudar e compreender as práticas educativas e os estilos parentais e, a partir desta premissa, aplicar uma intervenção de grupo capaz de abordar as problemáticas da educação e formas de potencializar práticas educativas que promovam comportamentos adequados nos pais e filhos.

Os procedimentos metodológicos tiveram como opção as perspectivas qualitativas e quantitativas, na tentativa de uma abordagem mais ampla sobre o tema.

Por ter como característica principal a violência doméstica e as práticas educativas optamos por fazer a pesquisa com as famílias moradoras da região central e que estavam em atendimento no Centro de Referência Especializado do Município de Ribeirão no ano de 2010.

Para realização da pesquisa utilizamos o IEP - Inventário de Estilos Parentais de Gomide (2006) que é um instrumental, criado pela autora e sua equipe, baseado nas 7 práticas educativas, dentre as quais duas práticas educativas positivas que promovem comportamentos pró-sociais - Monitoria Positiva e Comportamento Moral - e cinco práticas educativas negativas que promovem os comportamentos anti-sociais, Negligência, Abuso Físico e Psicológico, Disciplina Relaxada, Punição Inconsistente e Monitoria Negativa.

O IEP tem como objetivo auxiliar o assistente social ou qualquer profissional que trabalha com famílias de risco a identificarem quais as práticas educativas que determinado individuo faz o uso e a partir de então ocorrem às orientações, intervenções, treinamentos, entre outros. O IEP é composto por 42 questões que envolvem as sete práticas educativas positivas e negativas. É constituído por três inventários semelhantes: 1º Inventário de Estilos Parentais Práticas Educativas Maternas e Paternas – Auto-aplicação para pais e mães responderem; 2º Inventário de Estilos Parentais Práticas Educativas Paternas – como seu pai o educa para adolescentes responderem; 3º Inventário de Estilos Parentais Práticas Educativas Maternas – como sua mãe o educa para adolescentes responderem.

Para realização deste estudo utilizamos o Inventário de Estilos Parentais Práticas Educativas Maternas e Paternas, aplicado em dez reuniões que aconteceram semanalmente em sessões de uma hora e meia. Em seguida realizamos entrevista semi-estruturada, para avaliação da intervenção e um encontro entre as mães/responsáveis que dialogaram e repassaram suas experiências vividas.

O processo de trabalho do assistente social no CREAS também utiliza a cartilha do Projeto Parceria “Educação Positiva dos Seus Filhos”, que desenvolve e avalia um programa de intervenção a mães vítimas de violência pelo parceiro, onde ela aprende sobre manejo não coercitivo do comportamento dos filhos, por meio de discussões, *role-playing*, modelação e vídeo feedback, de forma a prevenir problemas comportamentais nos filhos.

Essa cartilha faz parte do Departamento de Psicologia da UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Os temas abordados nas reuniões semanais foram respectivamente: Identificando o comportamento adequado; A importância de valorizar o esforço do filho; Ignorando o comportamento inadequado; Estabelecendo limites e regras; Consequências negativas – disciplina; Ensinando as crianças a se relacionar: ensinando habilidades de resolução de problemas e controle; A importância da Monitoria Positiva e do Modelo Moral: promovendo comportamentos cooperativos; Últimos passos para o início de uma caminhada.

Os dados quantitativos obtidos através dos instrumentais utilizados foram tabulados em gráficos e analisados. Já os dados qualitativos são utilizadas as estatísticas, regras e outras generalizações, que trabalhou com descrições, comparações e interpretações.

2 RESULTADOS

A pesquisa teve como eixo a violência doméstica, práticas educativas, e os estilos parentais que contribui para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes na formação de um repertório comportamental duradouro que levam para o resto da vida, seja ele positivo ou negativo. Seu público alvo foram às famílias atendidas pelo Serviço de Enfrentamento à Violência Doméstica contra Criança e Adolescente no Município de Ribeirão Preto.

O levantamento bibliográfico foi de extrema importância para desenvolver os conhecimentos a respeito do tema e argumentar teoricamente os comportamentos apresentados pelas mães/responsáveis, identificados pela análise dos resultados da aplicação do Inventário de Estilos Parentais e dos comportamentos durante as reuniões do grupo.

Para melhor compreensão da nossa temática selecionamos os gráficos mais significativos referentes aos dados dos questionários de estilos parentais (IEP) aplicados no início e término do trabalho grupal.

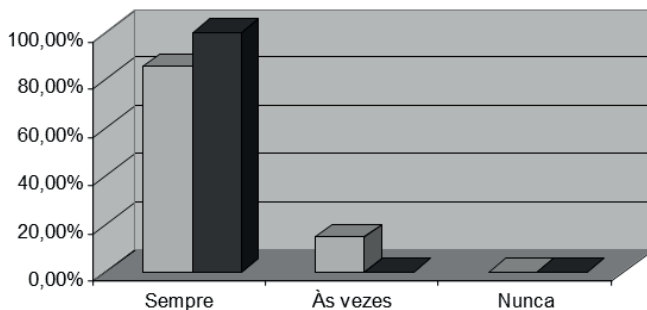


Gráfico 1: IEP – Questão 2: Ensino meu filho (a) a devolver objetos ou dinheiro que não pertencem a ele (a).

No gráfico acima as mães são unânimes em que não se deve ficar com objetos ou dinheiro que não lhes pertencem e ensinam isso aos filhos. Quando se trata de algo material concreto as mães se preocupam. Portanto, no primeiro questionário 85,71% educam os filhos para devolver objetos e dinheiro que não lhes pertencem e 14,29% às vezes conversavam sobre o assunto. Após as reuniões percebemos mudanças que 100,0% instruíram seus filhos a devolverem os objetos e dinheiros que não são deles. Para autora Gomide (2001; 2004), comportamento moral significa prática educativa processo de moldagem dos papéis sociais naquilo que se relaciona principalmente à transmissão de normas e valores mediante modelo fornecido pelos pais.

A família funciona como o primeiro e mais importante agente socializador, Newcombe (1999, p. 338) define socialização como “o processo através do qual as crianças adquirem comportamentos, motivações, valores, diálogos, entre outros referentes a temas como generosidade, empatia, justiça”.

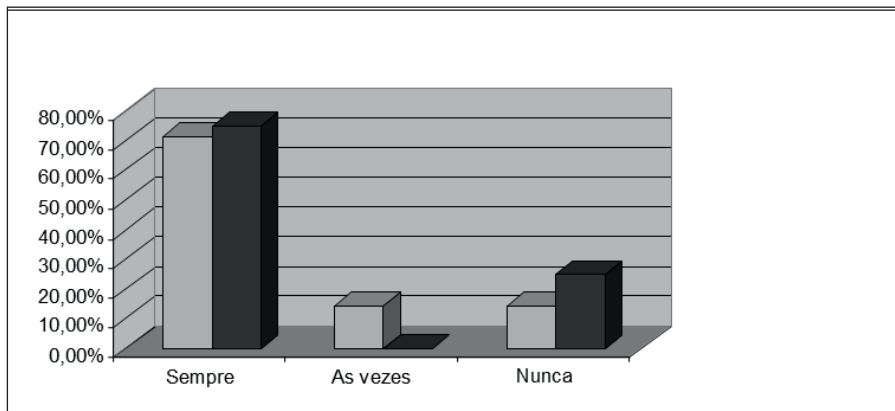


Gráfico 2: IEP – Questão 37: converso sobre o futuro trabalho ou profissão de meu filho(a), mostrando os pontos positivos ou negativos de sua escolha.

Sobre a escolha profissional dos filhos, no segundo gráfico aponta que 71,43% das mães discutem os pontos positivos e negativos das escolhas profissionais dos filhos, embora 14,29% questionaram o assunto com menos frequência e 14,29% não debate o assunto com seus filhos, totalizando **28,58%** de pontos negativos. Esse percentual corresponde à primeira abordagem. Após as discussões das reuniões, apenas 14,29% das mães afirmaram que não discutem o futuro de seus filhos.

As respostas referentes aos gráficos acima revelam que algumas vezes a mãe não passa para os filhos valores com ética e moral que são fundamentais para a convivência em sociedade, ou seja, não lhes ensinam o certo e o errado em diversas áreas da vida como, exemplo, devolver objetos que não os pertence, devolver dinheiro que não são seus e na escolha de uma profissão.

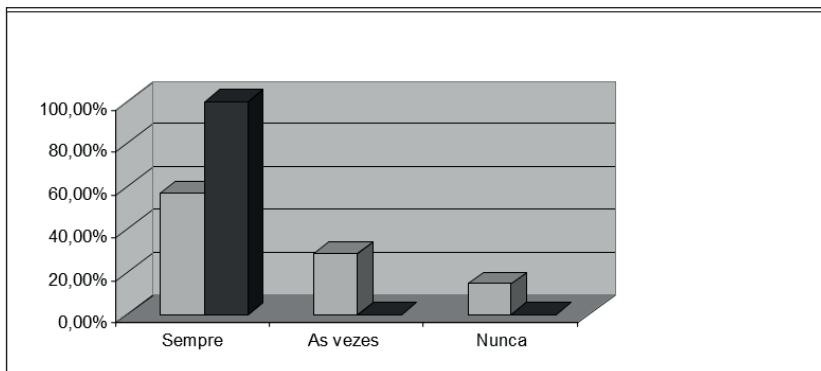


Gráfico 3: IEP – Questão 1: Quando meu filho(a) sai, ele(a) conta espontaneamente onde vai.

Neste gráfico observamos que 57,14% das mães tem informações dos filhos sobre onde eles vão sem que precisem perguntar, indicando que nesse quesito praticam a monitoria positiva. Outros 28,6% das mães dizem que às vezes tem dificuldades em saber onde os filhos estão indo e 14,9% responderam que realmente nunca tem dos filhos informações espontâneas sobre onde vão. Discutindo com as mães sobre monitoria positiva, concluímos que o estabelecimento de regras e o relacionamento entre os membros da família podem reduzir a possibilidade de comportamentos de risco, ou seja, a monitoria positiva são práticas parentais que envolvem atenção e conhecimento dos pais acerca do local onde o filho se encontra e das atividades que são desenvolvidas por ele.

Comparando as respostas, após as reuniões o grupo teve um resultado positivo, onde todas as mães que concluíram, disseram sempre ter informações espontâneas de onde os filhos vão e com quem vão.

As autoras Carvalho; Gomide (2005) dizem que o tipo de relação que os pais estabelecem com seus filhos, desde os primeiros dias de vida são os principais processos para o futuro da criança. Com isso percebemos que a prática educativa utilizada pelos pais com certeza influencia de maneira positiva ou negativa no seu desenvolvimento.

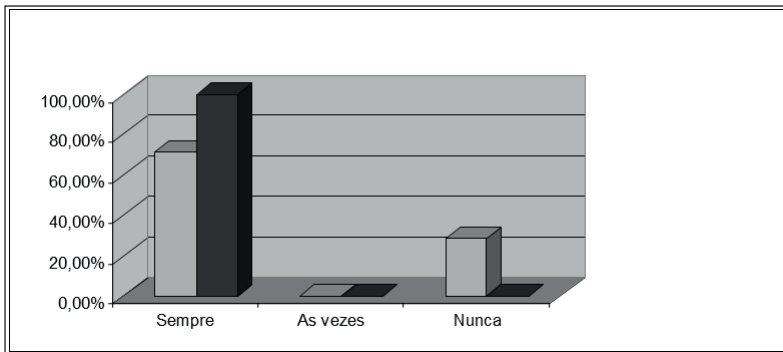


Gráfico 4: IEP – Questão 36: Estabeleço regras (o que pode e o que não pode ser feito) e explico as razões sem brigar.

Este gráfico corresponde ao estabelecimento de regras por parte das mães e se elas explicam essas regras aos filhos de forma tranquila. 71,43% das responderam que sim, estabelecem regras e conseguem ter um bom dialogo sem conflitos. E 28,57% disseram que quando vão conversar sobre regras com os filhos já estão brigando, isso corresponde á alternativa nunca. Observando e comparando o gráfico, no segundo momento totalizamos 100,00% que das mães afirmam estabelecer regras.

Nas reuniões as mães descobriram que usar a punição independente do humor e não em relação ao comportamento da criança; assim, ocorrendo inconstância nas consequências do comportamento da criança, esta não saberá como agir e aprende mais a discriminar o humor dos pais do que a agir de forma correta. É também considerada monitoria positiva as demonstrações de afeto e carinho das mães/responsáveis, principalmente quando a criança tem necessidade. O apoio e o amor das mães, pais ou responsáveis são à base da monitoria positiva, que, unida ao interesse real pela criança, cria o ambiente propício para o desenvolvimento da criança/adolescente.

Analisando o quarto gráfico, nota-se que de forma geral as mães do grupo estão interessadas pelos filhos, comprometendo-se em estabelecer regras que dê limites a eles e ao mesmo tempo estão

preocupadas com os sentimentos e a felicidade, indicando forte presença de monitoria positiva em suas práticas educativas.

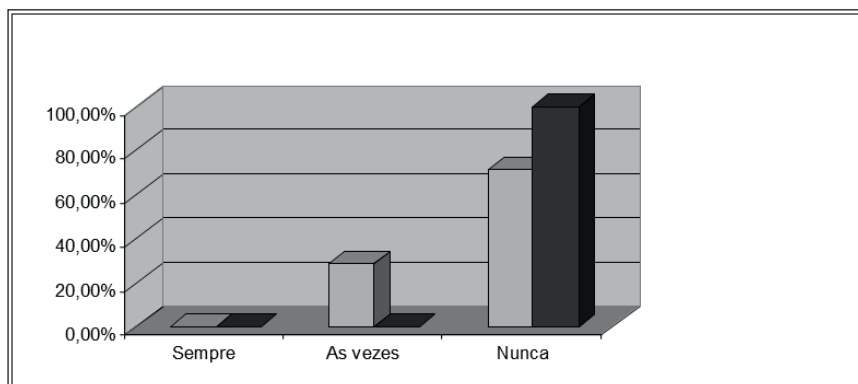


Gráfico 5: IEP – Questão 38: quando estou mal-humorado (a) não deixo meu filho (a) sair com os amigos.

No gráfico acima, para a maioria das mães (71,43%) o seu mau humor não interfere em sua relação com os filhos. 28,57% responderam que às vezes interfere, com isso não deixam seus filhos fazerem determinadas coisas, como por exemplo, não deixar sair com os amigos. Em relação à prática educativa negativa, punição inconsistente, nota-se que nem as próprias mães percebem que os filhos não conseguem distinguir o certo ou o errado, apenas sabem quando os pais estão de bom humor ou quando está de mau humor. Com isso a punição acaba dependendo do humor das mães/responsáveis e não apenas do comportamento das crianças, assim, havendo inconstância nas consequências do comportamento do filho, este não sabe como agir e aprende mais a discriminar o humor das mães do que a agir de forma correta. Então a permanência do comportamento indesejado também é uma consequência da punição inconsistente, já que ora pode sair com os amigos, ora não.

De acordo com Helen Bee (1996, p. 375) a punição mais efetiva, aquela que produz mudanças em longo prazo no comportamento da criança sem efeitos colaterais indesejados ou negativos é aquela aplicada no início de alguma sequência de mau comportamento, com nível mais baixo de emoção possível e o nível

mais brando de punição possível. Portanto passamos para as mães no grupo que a consistência das regras é fundamental para que haja essa relação, deixar claro para a criança quais são as regras, quais são as consequências de desobedecê-las, ou obedecê-las, e depois fazer cumprir as regras de maneira consistente e não deixar que seu humor mude suas decisões.

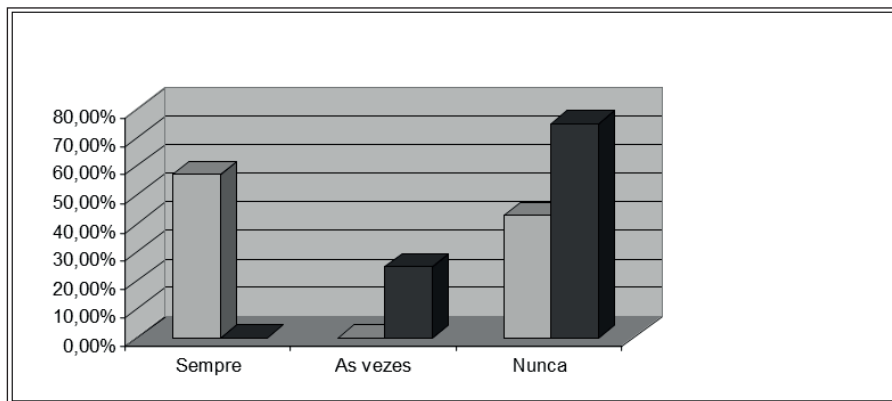


Gráfico 6: IEP – Questão 4: Meu trabalho atrapalha na atenção que dou a meu filho(a).

No gráfico acima percebemos que 57,14% das mães responderam que às vezes seu serviço atrapalha na hora de dar atenção aos seus filhos. 42,86% ressaltaram que o seu trabalho não interfere na atenção dada aos filhos. Com as reuniões as mães perceberam que atenção pode ser uma das melhores maneiras para educar seus filhos, assim tivemos um resultado positivo, de que 75,00% das mães informaram que hoje conseguem dar atenção suficiente aos seus filhos, sem que o trabalho interfira.

Por termos uma grande porcentagem de famílias monoparentais, chefiadas por mulheres com carga alta de trabalho para obter o sustento da família e que passam pouco tempo em casa, não conseguem dar atenção adequada e participar de seu desenvolvimento, acabam prejudicando o bem-estar afetivo de seus filhos, pois eles sentem com sua ausência, distância fisicamente e emocionalmente. Essa situação se torna negativa e acaba tornando

negligência, definida como a prática parental que remete à ausência de supervisão e interesse das mães/responsáveis em relação à vida de seu filho. Nesses casos, as mães agem como espectadores e não participantes da educação, sendo que essa situação pode se caracterizar por falta de atenção.

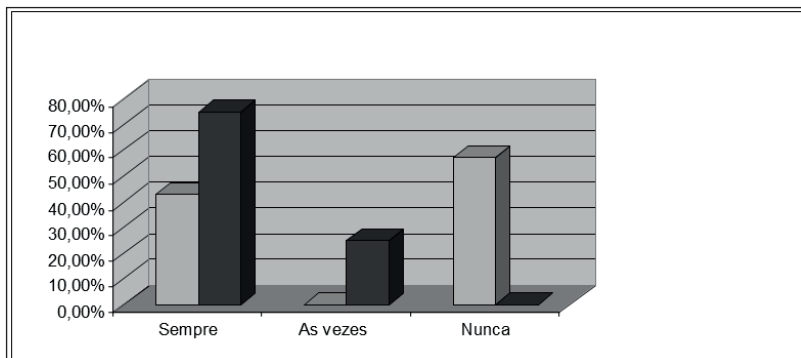


Gráfico 7: IEP – Questão 33: Aviso que não vou dar um presente para meu filho(a) caso não estude, mas, na hora “H”, fico com pena e dou o presente.

No sétimo gráfico, identificamos que 42,86% das mães acabam voltando atrás do que foi combinado e beneficiam os filhos com presentes mesmo quando eles não cumprem um dever. 57,14% das mães se disseram firmes e realmente não cedem os privilégios aos filhos. No outro questionário 75,00% volta atrás de sua decisão e presenteia os filhos, 25,00% informaram que quando pode da presente sim mesmo que havia dito que não daria e nenhuma mãe disse na possibilidade de ser forte e cumprir com a palavra nesta situação.

Os dados referentes a este gráfico correspondem à disciplina relaxada, indica que quando os filhos não cumprem as regras e limites estabelecidos as mães pesquisadas até ameaçam punir, mas depois “abrem mão” do que foi dito. Desta forma, ensinam aos filhos que, regras não precisam ser cumpridas e que a agressividade é aceitável e funciona como um aliado para conquistarem o que desejam.

Portanto o a disciplina relaxada caracterizada, por Gomide (2003; 2004), diz respeito ao não cumprimento de regras estabelecidas. Os pais ameaçam e quando se confrontam com comportamentos opostos dos filhos se omitem, não fazendo valer as regras.

De acordo com Içami Tiba (2002, p. 47) a atitude omissa dos pais permite a criança fazer tudo o que quiser, ou a exploração diante de qualquer deslize do filho, além de não educar, distorcem a personalidade infantil, tornando a criança sem limites ou reprimida. No futuro ela poderá se revoltar quando for contrariada ou tiver força suficiente para se rebelar contra o opressor.

Entretanto as crianças expostas constantemente às práticas educativas de disciplina relaxada, estarão em situação de risco para o desenvolvimento de comportamentos delinquentes, mesmo que seja apenas em situação de castigo ou na hora de presenteá-los, atrapalhando seu desenvolvimento.

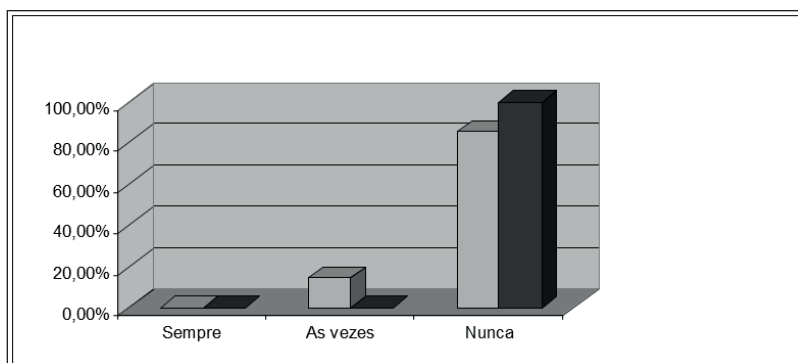


Gráfico 8: IEP – Questão 35: Sou agressivo(a) com meu filho(a).

Em relação à agressividade, no oitavo gráfico, 0% das mães responderam que sempre são agressivas, 14,29% responderam que às vezes é agressiva e 85,71% afirmam que nunca são agressivas com seus filhos. Já no segundo questionário, vimos que nenhuma mãe disse sempre ser agressiva com os filhos, onde 100,00% das mães disseram que nunca são agressivas com os filhos.

A questão sobre o abuso físico identificou que às vezes as mães usam a violência física para corrigirem seus filhos e não percebem ser violentas. A autora Gomide (2006) diz que quando os pais agredem os filhos fisicamente muito provavelmente estes já utilizaram de agressões verbais como xingamentos, ameaças e outros. Se a punição for muito severa ou frequente, ela atravessa a linha para o abuso físico. Silvares (2004) afirma que crianças que sofrem abuso físico dos pais têm mais probabilidade de sofrerem problemas de saúde, problemas de comportamentos e déficits cognitivos e sócio-emocionais.

Quando os pais utilizam da prática educativa a força física, acaba surgindo mais violência, as crianças expostas a violências também poderão se tornar violentas ainda na infância e prolongar para a vida adulta. Com os resultados dos gráficos acima, vimos que o grupo de intervenção proporcionou às mães melhores condições emocionais e psicológicas para educar seus filhos.

3 EFICÁCIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Com o propósito de conhecer a percepção das famílias sobre a intervenção de grupo, a última etapa foi realizada com entrevista semi-estruturada. As perguntas foram elaboradas de forma a avaliar se houve ou não mudanças positivas no comportamento das mães/responsáveis com seus filhos após as reuniões do grupo.

Os profissionais sociais, que atuam na política de atendimento especial da Secretaria Municipal da Assistência Social de Ribeirão Preto escutam as famílias relatarem que o modelo mais apropriado para se educar o filho é “a pedagogia da palmada”, “natural e correta” na concepção dessas famílias e em sua cultura. Desta forma, nas reuniões de grupo discutíamos as alternativas de práticas positivas e negativas, para que nas semanas seguintes as mães tentassem colocar em prática o que foi discutido, como “passar mais tempo com os filhos fazendo o que eles gostam; aplicar a técnica do “cantinho do castigo”; entre outras. Após as reuniões mães relataram que:

“Essa experiência foi muito interessante, com o pensamento em conjunto aprendi a me controlar nos momentos de raiva, percebi a importância de ouvir os problemas dos meus filhos, hoje tenho outra visão, me tornei amiga deles e consegui torná-los mais responsáveis, por esses motivos continuei participando do grupo”.

“Desde o começo foi muito difícil pra mim, eu não conseguia, me ver nesse papel. No primeiro momento fiquei muito revoltada por ter que participar do grupo de educação positiva aos filhos, sendo que as palmadas era minha maneira de educar, mas agora, eu consigo dar amor. Na questão de colocar em prática as situações que deve ser feita mesmo, eu consegui mais do que esperava. Hoje percebo que sou outra mãe”.

Pesquisas na área da violência indicam que, dentre vários fatores, a extensa jornada de trabalho e a disciplina aparecem como responsáveis pela frustração podendo conduzir para as práticas abusivas.

Por ter como objetivo o estímulo de mudanças frente aos desafios da educação é de grande importância saber que o grupo proporcionou as mães reflexões relacionadas ao seu próprio comportamento e que conseguiram colocar algo que “aprenderam” no grupo em prática.

A falta de contato afetivo entre pais e filhos pode comprometer seriamente o desenvolvimento humano. Também é importante afirmar que, segundo o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a família, a comunidade, a sociedade em geral são responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes e devem assegurar a efetivação de seus direitos. Portanto a falta de proteção, de cuidado da criança e do adolescente, a não existência de uma relação amorosa, a falta de reconhecimento e de valorização da criança e adolescente como sujeitos de direitos, acabam sendo negligenciados e vivem em situações de abandono, desrespeito e de exposição de riscos. Sabemos que as crianças e os adolescentes são pessoas em fase de desenvolvimento e para que isso aconteça de maneira

equilibrada é preciso que o ambiente familiar seja apropriado, em condições saudáveis de desenvolvimento, com estímulos positivos, com um bom diálogo, ótimo vínculo afetivo enfim boa relação familiar. Como diz Weiss (2004, p. 23): “... O não aprender pode, por exemplo, expressar uma dificuldade na relação da criança com sua família; será o sintoma de que algo vai mal nessa dinâmica...”. A seguir os relatos das mães que participaram dos grupos:

“Antes de participar do grupo não sabia distinguir a necessidade dos meus filhos por conta do trabalho, cansaço no final do dia, impaciência, agora está melhorando, meus filhos estão tendo mais compreensão, antes eu não tinha vontade de ouvi-los por causa do cansaço e eles mentiam muito pra mim, escondia muita coisa, tinha medo de conversar. Antes eu não tinha tempo para eles. Hoje mostro que não precisa ter medo de nada, que sou a mãe e amo ele e que podemos ser amigos”.

Identificamos que as mães perceberam que o diálogo com os filhos é significativo, o que aponta bons resultados. Com as reuniões as mães proporcionaram aos filhos momentos e espaços para conversar e ouvi-los, que é fundamental e faz parte da monitoria positiva que é de grande valia no recurso da educação. Durante as reuniões do grupo as mães foram orientadas de que são responsáveis em passar valores para os filhos. Esses valores podem ser positivos ou negativos. Muitas vezes os valores são transmitidos sem que haja percepção disso, através de um bom ou mau exemplo. Com os relatos das mães realizamos mais uma pergunta e tivemos como resposta:

“Eu tive dificuldade em mudar meu comportamento com relação aos castigos dos seus filhos, pois os coloco de castigo mais tenho dó e logo retiro, senti muita dificuldade mais o grupo me fez clarear e ser mais firme com eles. Quando eles tinham comportamento inadequado eu guardo pra mim ate chegar ao meu limite e estourava, hoje já consigo castigá-los com mais firmeza e não fico mais nervosa”.

“É, assim, tem uma hora que acho que falho como mãe, na minha infância minha mãe dizia que para aprender tinha que bater, pois ela “virou gente levando umas palmadas”, então tem hora que eu acho que sou uma boa mãe, sabe, fica nessa balança, Eu tento passar o melhor possível que é, se você não trabalha você não consegue as coisas, você tem que estudar as coisas não vem assim fácil, mas eu era um pouco agressiva, com minha participação no grupo, converso muito com eles sobre o uso de drogas, eu sei que tem que passar o que é certo é o que é errado, sou mais compreensiva, não sou mais violenta e consigo orientá-los”.

Identificamos que intervenção grupal conseguiu alcançar grande parte de seus objetivos. Com isso o relacionamento entre mãe - filhos melhoraram com novos pensamentos sob suas ações e alternativas mais eficazes para educar seus filhos sem recorrerem frequentemente a punição corporal, como a violência física. As mães disseram ser de grande importância o contato com outras mães para desabafarem, trocarem experiências e se apoiarem mutuamente e assim recuperarem as forças e prosseguirem em frente.

Com os relatos das mães que participaram do grupo, conclui-se que o grupo de intervenção se torna não apenas um recurso que busca mostrar às mães como podem ser a “mães melhores” e proporcionar aos filhos suporte emocional, físico e psicológico de viverem no mundo. Torna-se, também, um núcleo de apoio para as mães, que em sua maioria são famílias monoparentais, que não contam com a presença do pai. Não tem com quem dialogar e até mesmo não sabem procurar caminhos para compreender o motivo de tantas mudanças que acontecem no processo de educação dos filhos e o que fazerem quando não veem solução ou saída nestes casos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando ao nosso objetivo geral que foi estudar e identificar os impactos que as intervenções sociais exercem

no comportamento das famílias atendidas pelo Serviço de Enfrentamento a Violência Domestica da região central no Município de Ribeirão Preto/SP; e as possíveis consequências em atuar favoravelmente no desenvolvimento das crianças e adolescentes nas medidas dos direitos garantidos, nas famílias que apresentam uma dinâmica abusiva, constata-se duas temáticas: o contexto familiar e a violência.

Em relação às temáticas, a visão das mães e/ou responsáveis, diferenciou com relação à educação positiva de seus filhos, uma vez que a ótica dos pais favorece a compreensão familiar sem violência física, psicológica ou negligência, as crianças e os adolescentes se sentirão protegidos e certamente terão um bom desenvolvimento.

A análise bibliográfica foi de extrema importância para obter os conhecimentos a respeito do tema e embasar teoricamente os comportamentos apresentados pelas mães, identificados pela análise dos resultados da aplicação do questionário do IEP (Inventário de Estilos Parentais) e através do comportamento que as mães apresentavam durante as reuniões.

A intervenção do grupo mostrou uma opção viável para atuar com famílias que apresentam características de violência e negligência e trabalhar o empoderamento das mesmas. Assim como o CREAS Central e Noroeste realizou e deixou a sugestão para a efetivação desta pesquisa a todos da cidade de Ribeirão Preto e demais cidades que se interessarem pelo projeto.

Finalizando os aspectos de conclusões, a pesquisa apontou a importância social de poder trabalhar a problemática da família, de forma com que os pais educam os filhos sendo bastante decisiva para projetar um futuro que poderá ser bom ou ruim. O trabalho social tem como seu objetivo contribuir para uma nova ordem societária com menos violência, abuso, discriminação e com mais justiça e equidade.

REFERÊNCIAS

ASSIS S. G.; AVANCI J. Q.; SANTOS N. C.; MALAQUIAS J. V.; OLIVEIRA R. V. C. **Violência e representação social na adolescência no Brasil**. PEV PANAM SALUD PUBLICA, 2004, p. 43-51.

AZEVEDO, M. A. (1995). **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**: Compreensão do fenômeno no Brasil. São Paulo: (mimeografado).

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. **Lei n. 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 3. ed., Revista Atualidade**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de y GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a Lei. Estudos psicológicos. Campinas**: [online]. sep. 2005, vol. 22, n. 3 [citado 31 Agosto 2009], p. 263-275.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – **Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990**.

FONTE : <http://daniellapsique.blogspot.com/> Data:18.10.2010.
HELEN BEE(1996, p. 375) ; Newcombe (1999, p. 338);
Içami Tiba (2002, p. 47).

GOMIDE, P. I. et al. **Inventário de Estilos Parentais (IEP): modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Efeito das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social**. In M. L. Marinho; V. E. Caballo (Orgs.). **Psicologia clínica e da saúde**. Londrina: UEL, 2001.

_____. **Estilos parentais e comportamento anti-social**. In: Del Prette; Z. Del Prette (Orgs.). **Habilidades sociais e aprendizagem**. Campinas: Alínea, 2003.

_____. **Pais presentes, pais ausentes: regras e limites**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAVENA, A. L.; WILLIAMS, L. C. A. **Intervenção com gestantes adolescentes de baixo poder aquisitivo: Prevenção de maus tratos e negligência**; Laprev.

GUEDES, M. M. **Educar filhos: um ato de amor**. Paraná: SERGRAF, 2004.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL. **Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do (a) assistente social** / organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª região – 4. ed., Revista Atualidade e ampliada. Até dezembro de 2007, São Paulo: O Conselho, 2007.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVARES E.F.M.S. (2004). Avaliação diagnóstica do abuso físico na infância: implicações clínicas e de pesquisa. In M. Z. S. Brandão (Org.). **Sobre comportamento e cognição**, 14 (p. 19-37). Santo André: ESETec Editores Associados.

TIBA, I. **Disciplina: limite na medida certa**. Novos Paradigmas/Içami Tiba.- ed., Revista atualidade e ampliada. São Paulo: Integre Editora, 2006.

WILLIAMS, L. C. A. **Fatores de Risco e Fatores de Proteção ao Desenvolvimento Infantil**. Temas em Psicologia (Ribeirão Preto), v. 13, p. 91-103, 2005.

_____. **Violência contra criança e adolescente: Estratégia de enfrentamento** Universidade Federal de São Carlos (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência) Laprev MAIA, J. M. D.

WILLIAMS, L. C. A.; MALDONADO, D. P. A.; ARAÚJO, E. A. C. (Orgs.). **Educação positiva dos seus filhos: projeto parceria** – módulo 2 – UFSCar.